

Clio e psyché – à procura de novos futuros

Clio and Psyche – looking for new horizons

Virgínia Fontes *

RESUMO:

O artigo analisa os desafios colocados para a história e para a psicologia, os quais, muitas vezes, têm recebido soluções, criticadas pela autora, que ora promovem fusões equivocadas – uma história psicologizante – ora tendem para generalizações estéreis. Como exemplo de um modo produtivo de relacionar esses dois saberes, cita-se o livro de Marcel Proust, “Em Busca do Tempo Perdido”, obra de ficção, na qual o histórico e o psicológico se articulam, sem entretanto esgotar o desafio, que permanece, de construir um projeto cognitivo, e não somente ficcional, capaz de enfrentar as tensões e lidar com os conflitos constituintes tanto da história quanto da psicologia.

Palavras-chave: Psicologia; História; cognição; ficção

ABSTRACT:

The paper analyzes challenges faced by history and psychology, and some of the solutions they have been receiving. These solutions sometimes promote mistaken fusions (a psychologizing history) and other times, tend to fruitless generalizations. As an example of a productive mode of relating history and psychology, it quotes Marcel Proust's book, In Search of Lost Time, a fiction work, in which these two knowledges are articulated. This coupling, nevertheless, keeps the challenge to build a cognitive project (not only a fictional one) capable of facing tensions and dealing with conflicts, which are constitutive of both history and psychology.

Key words: psychology; history; cognition and fiction

A História e a Psicologia são freqüentemente visitadas pelo mesmo fantasma recorrente: dar conta de todos e de cada um; pensar o todo, o universal, o estrutural e dar conta de cada indivíduo, de cada situação específica, irrepitível e irreduzível, em sua riqueza, a um modelo qualquer.

O ponto de encontro fundamental entre História e Psicologia é a busca da explicação e compreensão da relação necessária e constitutiva entre sujeitos, sociedade e processo. De formas diferenciadas, ambas procuram a redução do *sofrimento inútil*, sem a perda da experiência – individual e social – enriquecedora. Numa, a atuação frente a sujeitos individuais ou coletivos; noutra, a procura da compreensão do processo histórico que nos instaura enquanto sujeitos propriamente ditos. Em ambas, o desafio de explicar o que nos leva a ser ativos ou submissos; rebeldes, criativos, agentes, ou adaptados, configurados, pacientes.

A relação entre o conhecimento histórico e o psicológico nem sempre foi fácil. A tensão primordial permanece e, a meu ver, deve ser preservada. Tentar fundir as duas disciplinas pode ser tão grave e problemático quanto separá-las radicalmente. As confusões e os deslizes, ainda que repletos de boa vontade, muitas vezes geraram impasses exatamente para a explicação desse processo complexo de interação entre indivíduo e sociedade. Aquilo que é conhecido como *história psicologizante*, por exemplo, procurando um padrão “humano” para o processo histórico, acabou por considerar instituições sociais como entidades (enteléquias) dotadas de vontade, consciência e rumo próprio, independentemente dos indivíduos reais, dos grupos e das classes sociais que constituíam a sociedade e moldavam os indivíduos. Propunha

assim, por exemplo, “nações” psicologizadas, dotadas de vontade e de “caráter”; Estados vistos como realização de uma razão universal e dotados de pura consciência, etc.

O inverso também apresentou dificuldades: uma *historicização* absoluta dos sujeitos arrisca sempre diluí-los num fluido sem existência própria ou significado, capturados numa transformação incessante e na incapacidade de compará-los e de pensá-los em conjunto; uma *sociologização* irrefletida arrisca-se a relegar a um plano secundário os sofrimentos reais dos indivíduos concretos. Tentando criticar determinados padrões sociais, muitos analistas esqueciam o quanto a tensão entre indivíduos e grupos sociais pode contribuir para a transformação da própria sociedade. Com isso, arriscavam-se a relegar os indivíduos à mercê da mesma sociedade que era criticada...

Para escapar dos dilemas de “fronteiras” inter-disciplinares, o melhor é sempre encará-los de frente. O mais enriquecedor é certamente explorar a interface, a zona de tensão que *une e separa* História e Psicologia, o núcleo do conflito constitutivo que pode permitir a ambas a ampliação de sua capacidade explicativa, de compreensão e de intervenção social.

Nossas disciplinas, porém, têm outras zonas de penumbra, nas quais nos movemos. História e Psicologia mantêm laços anteriores, com os quais nutrem uma relação de amor e afeto, contrabalançada por momentos de raiva e despeito: a filosofia e o *telos*; a narrativa romanceada e os modelos de comportamento. Deleite e prazer; conhecimento e razão; engajamento e intervenção política — áreas incompatíveis?

Essa interrogação, que fundamenta nossa mesa-redonda hoje, nos conduz às demais questões que estão no centro de alguns debates atuais. Existem diferenças significativas entre os diferentes conhecimentos e saberes? O conhecimento somente pode se expressar por uma linguagem complexa? A narrativa é mais sedutora e rica do que o texto científico? Há ainda algo que consideremos como conhecimento científico ou universalizante? Devemos rejeitar todas as pretensões anteriores e admitir que importa apenas o uso (como o quer Rorty¹)? Nesse sentido, o estilo e a retórica não seriam mais importantes do que qualquer argumento?

Não tenho a menor pretensão – nem seria o caso, nem disporíamos de tempo e espaço para tanto – de responder a tais questões. Mas é preciso suscitá-las, lembrá-las, e tentar ver de que forma nós – e nosso tempo – lidamos com elas. Permito-me assim mudar agora de registro para abrir um painel provocativo a partir dessas interrogações de partida.

Gostaria de falar sobre um escritor, um homem que escreveu uma das mais belas narrativas em nosso século. Tratava-se de um rapaz de boa família, criado em bairros finos, com direito a belas casas sólidas e férias no campo. Totalmente ego-centrado, esse homem decidiu que sua própria vida – com tudo o que ele conseguisse lembrar e incluir e com as suas características próprias, estritamente pessoais, inclusive sua exacerbada vaidade e sua grande pretensão – merecia um relato detalhado, completo. Não deveria ser um relato qualquer – deveria ser o maior, o melhor. E o foi.

Assim, nosso autor empreendeu uma narrativa ficcional gigantesca e heróica. Designou um outro “eu” como personagem principal, com a função de desempenhar seu próprio papel. O outro, porém, era a tal ponto ele próprio que o nome do personagem tornava-se secundário; em alguns momentos, o autor esquecia e se nomeava a si mesmo, em deslizes significativos.

Nessa narrativa, esse autor exigiu de si próprio o máximo de fidedignidade, de memória, de “perseverar em seu ser” (como o *contatus* de Spinoza²). Nenhuma relação portanto com essas autobiografias caudalosas, moralizantes e vaidosas, ou com as biografias gigantescas que estão na moda. Nosso autor empreendeu um verdadeiro mergulho, sem temer os locais desconhecidos e inóspitos, sem falsos pudores. Obra de imensa vaidade, beira a extrema modéstia. Não pretendia mostrar apenas um lado “bom” ou louvável, nem se limitar aos aspectos espúrios. Esmiuçou suas recordações, “fuçou” e revirou suas lembranças, procurou ir ao fundo dos sentimentos mais generosos, encontrando o laivo de egoísmo que eles carregam; não desdenhou os momentos obscuros ou cruéis, perscrutando o mais longe que pôde atrás deles, fazendo-nos partilhar com ele de experiências que também vivemos e que, fugazes, deixamos para trás.

Essa memória procurada e elaborada de *si-mesmo* relaciona-se aos terrenos que procuramos palmilhar aqui, Psyché revivida: o sujeito, ao expor-se claramente, ao lembrar sensações, pensamentos, mesquinhas, alegrias e percepções abria-se para uma verdadeira aventura psicológica, numa exploração delicada da multifacetada, complexa e conflituosa unidade do único ser que, segundo Descartes, nos garante a existência do conhecimento (nós mesmos, o *cogito*).

Na outra ponta da meada, Psyché encontrava o mundo: esse *si mesmo* somente adquiria sentido e espessura, nitidez e cores, palavra e sentimento quando se relacionava, quando via os outros, tocava-os, sentia os demais, reagia a eles, desejava e detestava. Assim, para além de si próprio (e para chegar a ser si próprio), o afresco devia dar conta das paisagens vistas, das flores cheiradas, das casas vividas, dos parques, das praias, dos caminhos percorridos. Objetos e coisas que remetem a um mundinho — pequeno, mas preciso — onde o que estava em jogo eram *relações vividas*. No mundo, Psyché devia encontrar Clio: o ser existia porque encontrava coisas e seres. Com os demais, chegava a *si-mesmo*.

Essa obra literária contém ainda um outro trabalho: o da própria narrativa, infinitas vezes retomada e corrigida, na busca da precisão, da elegância, da clareza, da completude do sentimento ou da paisagem³. Contém também a ficção — o belo apenas visto e não vivido mas que suscita uma tal impressão que merece figurar como se fosse partilhado, a descrição do lugar inexistente ou do amigo desejado mas que recusou a paixão e nossa entrega — que se permite o deleite de viver integralmente o sonho e o horror, à distância segura que a pena e o papel permitem.

Não me parece difícil identificar de que autor estamos falando. Refiro-me a Marcel Proust e ao que considero uma das maiores delícias da literatura mundial: *À la recherche du temps perdu*.

Essa obra, magnífica e única, verdadeiro monumento que abre e encerra todo um ciclo literário, contém elementos — creio que estaremos todos de acordo — de vastos painéis psicológicos e históricos. Do ponto de vista da psicologia, poucos autores (ou pensadores) foram tão longe nos detalhes da percepção, na evidência impudica de seus próprios sentimentos, na exposição pública e sem pejo de sua própria nudez íntima. Retrato de um delicioso, delicado, sutil e raro personagem, ou de um crápula abjeto, de um egocêntrico vaidoso cuja exposição de sua tara, unicamente, o redime (como Sade, para muitos).

Se Proust contém e expõe as minúcias de suas experimentações subjetivas, dificilmente chamaríamos *À procura do tempo perdido* de um livro de Psicologia. Psyché é aqui a recuperação de sua própria vivência, mas não a construção de um conhecimento partilhável em suas próprias premissas.

Da mesma forma, o vasto painel traçado do *fin de siècle* francês extrapola largamente o pequeno mundinho no qual Marcel Proust circulava. Constrói um vigoroso afresco histórico⁴ desse grupo social em rica decadência, dos conflitos e das dificuldades de vivenciar as novas relações sociais (o caso Dreyfuss e o anti-semitismo, as prostitutas de luxo e as discriminações sociais, a burguesia endinheirada e as novas diferenciações mundanas). Essa memória profusa e rica em detalhes; essa memória finamente trabalhada, como uma ourivesaria da palavra; essa memória requintada, auxiliada por alguns poucos recursos à sua disposição (recortes de jornais, conversas e trocas de lembranças), memória despididamente aberta a todos e a qualquer um por Proust, é uma história? Clio, nesse encontro, é apenas um quadro, um pano de fundo, momentos.

No entanto, *À procura do tempo perdido*, seus milhares de páginas e sua riqueza sempre renovada, constitui simultaneamente uma história e uma psicologia. Mas a que história e a que psicologia nos referimos? A experiência de si, por mais rica que seja, substitui o conhecimento?

De forma apenas indicativa, recuperemos algumas das interrogações anteriores. Em primeiro lugar, a ficção não substitui e não deve substituir, a meu ver, o conhecimento. Uma forma de prazer não elimina as demais e tanto mais prazerosa será se nos permitir partilhar de inúmeros outros prazeres.

A construção do conhecimento opera por procedimentos distintos do ficcional. Remete em geral a uma linguagem mais árida, a um texto no qual não apenas viajamos, deslizamos em sua superfície ou mergulhamos em longos períodos de isolamento. Esse prazer, específico da literatura, desdobra-se em outros, na produção e partilha do conhecimento. Este tipo de leitura exige de nós participação, tensão e diálogo constantes. Um texto cognitivo expõe-se em níveis distintos e permite deslindar e partilhar seus próprios princípios constitutivos. *A ficção se permite ser o que ela é; o conhecimento deve, a todo tempo, eliminar a ficção que o constitui e que nele se ancora*⁵. O conhecimento — histórico e psicológico — exige a *desnaturalização* incessante das relações sociais; a denúncia e o esclarecimento do *lugar de onde se fala*; a procura da tensão necessária entre o particular e o múltiplo; a *evidenciação de um real*, ainda que opaco e tenazmente fúgido, mas que baliza a vida da maioria.

O prazer da leitura de Proust não é comparável ao prazer da leitura de Freud ou de Marx, por exemplo. São sensações e experiências diversas, insubstituíveis umas pelas outras. Reduzí-las a um termo comum, escaloná-las ou hierarquizá-las significa, a meu ver, uma perda de dimensões nas quais nos construímos e nos articulamos, nós próprios, enquanto sujeitos capazes de vivência e de transformação. Implica não apenas diminuição de prazeres diferentes, mas também limitação de nossa capacidade de intervenção na vida social.

Em outro nível, me permito reintroduzir uma outra leitura de Proust à luz da história. Vivemos hoje *un fin-de-siècle* (e de milênio). Proust vivenciou e narrou um mundo em decomposição, um mundo que, apesar de sua riqueza e de sua pompa, não era capaz de competir com o modelo fáustico, embora não tão brilhante, da burguesia emergente. Todo um universo de minúcias, refinamentos e de detalhes, um *savoir-faire*, uma prática de reconhecimentos e de “politesse” se esvaía aos poucos. Novas forças sociais destruíam, por dentro e por fora, aquele mundo requintado. O próprio fato de Marcel Proust tê-lo descrito tão vivamente pode ser tomado como sinal do aprofundamento dessa crise e da exposição de sua agonia.

Aquele fim de século XIX apontava para o futuro como o *locus* próprio de novas realizações, capitaneado por uma burguesia conquistadora — econômica, militar, política e ideologicamente. Burguesia cruel e devastadora; rica, esperançosa e empreendedora, Proust nos mostra seu embate com as formas remanescentes do Antigo Regime e da nobreza, já então em franca decadência. Nosso *fin de siècle* é bem mais nostálgico. Também vemos desabar — como a nobreza proustiana — o mundo no qual acreditávamos; também vemos o lado charlatanesco de nossos heróis (como Charlus, personagem proustiano). O fáustico que hoje nos é imposto, com a mundialização e a alta tecnologia, não é mais capaz de nos arrebatrar como sonho impetuoso de fuga para a frente: a contabilização da catástrofe já é grande demais.

A burguesia endinheirada que substituía a nobreza e seus rituais não vive hoje num mundinho proustiano, fechada numa cultura refinada e decadente. Manteve-se no mesmo pé pragmático, ocupada pelo horizonte míope da reprodução do capital. Construiu ilhas de riqueza sobre os mares de miséria, que ela própria reproduz. As tentativas de transformação radical da sociedade transformaram-se em seu contrário: viraram formas de atingir o desenvolvimento capitalista, opondo uma vontade férrea e endurecida aos inúmeros obstáculos (internos e externos) à sua realização.

Este nosso *fin de siècle* propõe menos futuros do que volta-se para o passado, à *procura de um tempo perdido*. Esse movimento, visível especialmente em algumas diretrizes filosóficas contemporâneas, recupera como novo o relativismo dos inícios do século XIX; abandona as conquistas sociais da igualdade e fecha-se em culturalismos estanques como forma de se proteger; procura ignorar a própria história, com seus conflitos e descompassos, à procura desse tempo perdido, concebido como unidade mítica, como perfeita integração entre o Um e o Todo.

A ressaltar, porém, que não é esse o reencontro do tempo perdido em Proust — ao contrário, o reconhecimento do sabor/odor da *madeleine*, do bolinho saboreado com uma chávena de chá em casa da tia abre-se para a admissão do tempo, do transcorrer, do mutável e, no caso, do próprio envelhecimento.

Essa imagem de um retorno mítico a uma conjunção do Um e do Todo desafia tanto a História quanto a Psicologia - ambas, disciplinas fundadas no conflito, no desacerto, na procura; na tensão necessária entre cada um e o coletivo; na tensão que se instaura, internamente a cada um, no *conflito como a condição do processo*. Não há uma História e uma Psicologia unidas — somos disciplinas em conflito em torno de grandes eixos teóricos que nos atravessam.

Nesse sentido, o retorno ao século XIX poderia ser mais rico do que vem sendo explorado. Se foi o período do grande romance histórico, da ficção e da narrativa; da crença no progresso inexorável e do positivismo; do historicismo absoluto, o *novecento* foi também o século da criação de conhecimentos que rejeitavam o absoluto e o harmônico como modelos, que introduziram o conflito como eixo fundamental para o conhecimento, tal como em Freud e Marx.

No entanto, não me parece que apenas um retorno a esses autores, pura e simplesmente, assegure a construção de novos futuros. Trata-se de levá-los adiante, de seguir à frente ampliando os desafios que eles nos descortinaram, mas seu peso e complexidade nos parece às vezes tão grande que recusamos seus prazeres em nome da dificuldade de atingir novas descobertas.

Menos do que procurar o tempo perdido, do que nos contorcemos numa procura identitária da qual já dizia A. Koyré (1962) ser a marca dos tempos conservadores — *quem somos?* —, seremos capazes de admitir o desafio que significa pensar *onde estamos?*

Para Psyché e para Clio, hoje, o desafio é a reconstituição de um projeto cognitivo capaz de enfrentar o singular e o múltiplo. Não perder as bases de universalidade que somente o processo cognitivo pode abrir, aceitando rebeldemente lidar com o conflito que o pressuposto de uma igualdade radical impôs tanto à psicologia quanto à história como base primeira de seu método.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Antoine et al. - *Proust*. Paris: Hachette, 1965.

CERTEAU, Michel de - *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Folio, 1987.

DELEUZE, Gilles - *Spinoza*. Paris: PUF, 1970.

DUAYER, Mário e MORAES, Maria Célia - “Neopragmatismo: a história como contingência absoluta”. Rio de Janeiro: Sette Letras/Dept. de História da UFF. Em *Tempo*, n. 4, 1997.

KOYRÉ, A. - *Introduction à la lecture de Platon, suivi de Entretiens sur Descartes*. Paris: Gallimard, 1962.

RORTY, Richard - “A trajetória do pragmatismo”. Em: Eco, Umberto (org.), *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

¹ Ver, por exemplo, Richard Rorty. “A trajetória do pragmatismo”. Em: Umberto Eco, *Interpretação e Superinterpretação*. Ver também o sugestivo artigo de Marcio Duayer e Maria Celia Moraes - “Neopragmatismo: a história como contingência absoluta”. Em: *Tempo*, nº 4, Depto. de História da UFF.

² Cf. Gilles Deleuze. *Spinoza*, p. 26.

³ Há uma riquíssima bibliografia sobre Proust e sua obra. Apenas a título de exemplo, ver Antoine Adam et al. *Proust*.

⁴ A literatura é, aliás, generosa nesses magníficos afrescos e não resisto a mencionar dois outros autores: Leon Tolstói e, no Brasil, Graciliano Ramos.

⁵ Nesse sentido, nossa proposição difere significativamente das colocações de Michel de Certeau em, por exemplo, *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*.